

II - PARECER DO RELATOR

O presente projeto trata da situação de emergência na saúde pública do Estado do Rio de Janeiro em razão do enfrentamento e propagação do COVID-19 no início de 2020.

Atualmente, a Lei Estadual nº 8.794, de 17 de abril de 2020, que reconhece o estado de calamidade pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) teve seu prazo prorrogado pelo decreto nº 47.870/21 para 1º de julho de 2022, após sofrer sucessivas prorrogações.

Não obstante a diminuição da taxa de incidência de casos graves e óbitos, redução da positividade dos exames, assim como redução da demanda por leitos de internação, o projeto em pauta visa resguardar a saúde dos cidadãos fluminenses em situações emergenciais de Saúde Pública relacionadas ao enfrentamento ao Coronavírus. Portanto, não identificamos nenhum óbice a sua tramitação.

Diante do exposto, meu parecer é FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 2181/2020.

Sala das Comissões, 01 de junho de 2022
(a) Deputado DR. DEODALTO, Relator

III - CONCLUSÃO

A COMISSÃO DE SAÚDE, na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de junho de 2022, aprovou o parecer do relator, FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 2181/2020.

Sala (remota) das Comissões, 15 de junho de 2022
(a) Deputados MARTHA ROCHA, Presidente; ENFERMEIRA REJANE, Vice-Presidente; LUCINHA e DR. DEODALTO, membros efetivos; TIA JU e JAIR BITTENCOURT, membros suplentes.

PARECER

DA COMISSÃO DE SAÚDE, AO PROJETO DE LEI Nº 4674/2021, QUE INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO À PRÁTICA DE ESPORTES PARA IDOSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Deputado DANNIEL LIBRELO. Relatora: Deputada MARTHA ROCHA

(FAVORÁVEL)

I - RELATÓRIO

Trata-se do exame de projeto de lei do nobre Deputado Daniel Librelon que institui a política estadual de incentivo à prática de esportes para idosos e dá outras providências.

II - PARECER DA RELATORA

O projeto de lei em análise objetiva instituir a Política Estadual de Incentivo à Prática de Esportes para Idosos com o objetivo de desenvolver ações, programas e atividades voltadas para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos idosos residentes no Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o texto, a proposição está de acordo com as diretrizes da Política Nacional do Idoso, nos termos do art. 4º da Lei Federal 8.842, de 4 de janeiro de 1994 - Estatuto do Idoso, e com os ditames da Lei Federal nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006 - Lei Pelé, e da Lei nº 6.559 de 16 de outubro de 2013 - Política Estadual do Idoso.

O projeto de lei é meritório e merece prosperar e não encontra óbice à sua tramitação.

Diante do exposto, o meu parecer é FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 4674/2021.

Sala das Comissões, 03 de junho de 2022
(a) Deputada MARTHA ROCHA, Relatora

III - CONCLUSÃO

A COMISSÃO DE SAÚDE, na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de junho de 2022, aprovou o parecer da relatora, FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 4674/2021.

Sala (remota) das Comissões, 15 de junho de 2022.
(a) Deputados MARTHA ROCHA, Presidente; ENFERMEIRA REJANE, Vice-Presidente; LUCINHA e DR. DEODALTO, membros efetivos; TIA JU e JAIR BITTENCOURT, membros suplentes.

PARECER

DA COMISSÃO DE SAÚDE AO PROJETO DE LEI Nº 4978/2021, QUE ALTERA A LEI Nº 5.645 DE 06 DE JANEIRO DE 2010, INSTITUINDO, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, O DIA 27 DE MARÇO, COMO O DIA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DA NEUROMIELITE ÓPTICA. Autor: Deputado SÉRGIO FERNANDES. Relatora: Deputada MARTHA ROCHA

(FAVORÁVEL)

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de autoria do Deputado Sérgio Fernandes, que altera a Lei Estadual nº 5.645 de 06 de janeiro de 2010, com o fito de instituir no Calendário Oficial do Estado do Rio de Janeiro o dia estadual de conscientização da neuromielite óptica, a ser celebrado, anualmente, no dia 27 de março.

II - PARECER DA RELATORA

O presente projeto tem como objetivo alterar a Lei nº 5.645 de 06 de janeiro de 2010, para incluir no Calendário Oficial do Estado do Rio de Janeiro o Dia Estadual de conscientização da neuromielite óptica, a ser celebrado, anualmente, no dia 27 de março. Cumpre destacar que a medida promoverá maior conhecimento e conscientização acerca desta patologia de difícil diagnóstico e que acomete parte considerável da população, o que possibilita o diagnóstico precoce e por conseguinte, tratamento eficaz.

Por considerar que a presente iniciativa é relevante e não havendo nenhum impedimento regimental para a sua tramitação nesta Casa Legislativa, opino pelo parecer FAVORÁVEL ao projeto de Lei nº 4978/2021.

Sala das Comissões, 06 de junho de 2022
(a) Deputada MARTHA ROCHA, Relatora

III - CONCLUSÃO

A COMISSÃO DE SAÚDE, na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de junho de 2022, aprovou o parecer da relatora, FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 4978/2021.

Sala (remota) das Comissões, 15 de junho de 2022.
(a) Deputados MARTHA ROCHA, Presidente; ENFERMEIRA REJANE, Vice-Presidente; LUCINHA e DR. DEODALTO, membros efetivos; TIA JU e JAIR BITTENCOURT, membros suplentes.

PARECER

DA COMISSÃO DE SAÚDE AO PROJETO DE LEI Nº 5304/2022, QUE ALTERA A LEI Nº 5.645 DE 06 DE JANEIRO DE 2010, PARA INSTITUIR NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A SEMANA ESTADUAL DA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O RETINÓBLASTOMA NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Autor: Deputado DIONÍSIO LINS. Relatora: Deputada MARTHA ROCHA

(FAVORÁVEL)

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de autoria do Deputado Dionísio Lins, que visa alterar a Lei nº 5.645 de 06 de janeiro de 2010, para instituir no Calendário Oficial do Estado do Rio de Janeiro o a semana estadual de conscientização sobre o retinoblastoma-secor, a ser celebrada, anualmente, na semana do dia 07 de maio.

II - PARECER DA RELATORA

O presente projeto tem como objetivo alterar a Lei nº 5.645/2010, para incluir no Calendário Oficial do Estado do Rio de Janeiro o a semana estadual de conscientização sobre retinoblastoma-secor, possibilitando maior conscientização acerca da doença e do alto índice de cura quando diagnosticada precocemente por meio do teste do reflexo vermelho disponível nos postos da rede pública de saúde. Ressalte-se, ainda, que o projeto estimula a promoção de campanhas informativas sobre a matéria, estimulando a formalização de parcerias entre Instituições, por meio de convênios não onerosos.

Por considerar que a presente iniciativa é relevante e não havendo nenhum impedimento regimental para a sua tramitação nesta Casa Legislativa, opino pelo parecer FAVORÁVEL, ao projeto de Lei nº 5.304/2022.

Sala das Comissões, 06 de junho de 2022
(a) Deputada MARTHA ROCHA, Relatora

III - CONCLUSÃO

A COMISSÃO DE SAÚDE, na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de junho de 2022, aprovou o parecer da relatora, FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 5304/2022.

Sala (remota) das Comissões, 15 de junho de 2022.
(a) Deputados MARTHA ROCHA, Presidente; ENFERMEIRA REJANE, Vice-Presidente; LUCINHA e DR. DEODALTO, membros efetivos; TIA JU e JAIR BITTENCOURT, membros suplentes.

TEMPORÁRIAS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR DENÚNCIAS, APURAR INTERRUPTÕES NOS SERVIÇOS DE TRENS, ATRASOS ENTRE OS HORÁRIOS DE CHEGADAS E PARTIDAS, SUPERLOTAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES, DURAÇÃO DAS VIAGENS, ACESSIBILIDADE DAS ESTAÇÕES, CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS, ANALISAR AS CONDIÇÕES DOS TRENS E ESTAÇÕES, RETORNO DO RAMAL SANTA CRUZ - CENTRAL DO BRASIL, BEM COMO OS DANOS SOFRIDOS PELOS USUÁRIOS RELACIONADOS À MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SUPERVIA.

(RESOLUÇÃO Nº 574/2021)

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Às dez horas e trinta minutos do dia nove de maio de dois mil e vinte e dois, de forma presencial, reuniu-se a Comissão em epígrafe, instituída pela Resolução nº 574/2021, sob a Presidência da Senhora Deputada LUCINHA e contando, com a presença dos Senhores Deputados ELIOMAR COELHO - Vice-Presidente, WALDECK CARNEIRO - Relator, MARTHA ROCHA, ENFERMEIRA REJANE e LUIZ PAULO. A Senhora Presidente iniciou os trabalhos, anunciando que a reunião seria deliberativa e, antes de iniciar, lembrou que foi noticiado que a SUPERVIA iria gastar quinhentos mil reais na recuperação da Estação da Leopoldina decorrente de um TAC assinado em janeiro, para início em maio agora. Lembrou que a Supervia não consegue fazer obras nas estações e que o valor proposto é muito pouco para a recuperação da estação. Com a palavra o Deputado LUIZ PAULO mencionou que se houve um TAC, ele tem que ser cumprido, citou que o Relatório Final tem que contemplar que o contrato não está sendo cumprido e mencionou a luta da Deputada para a instalação da CPI; a qualidade do trem expresso e a necessidade do seu retorno; as vias permanentes que estão em mau estado e podem causar acidentes; a necessidade de maior investimento nas estações acima de Deodoro e que o aspecto de abandono já incentiva obras de má qualidade; falou sobre a questão da segurança e a estrutura de comunicação. Sugeriu que em uma próxima sessão, seja ouvida a Central Logística para que informe o papel que a empresa cumpre de fato em relação à Supervia, trazendo o programa de construção das passarelas. Em votação a proposta foi aprovada. Falou em seguida, o Relator Deputado WALDECK CARNEIRO, sugerindo uma visita à Centro de Controle Operacional da SUPERVIA e, em seguida, apresentou seu sumário do Relatório Final com os itens a serem desenvolvidos. Com a palavra a Deputada MARTHA ROCHA lembrou a luta da Deputada LUCINHA para instalar a Comissão e que já se pode ver muitos resultados; falou, também, que não concorda que a AGETRANS tenha um número reduzido de fiscais, e que deveria haver uma melhor estruturação e a realização de um concurso público; comentou, também, sobre a participação do Secretário de Estado de Transportes e seu comentário de que não podia falar. Fizeram, em seguida, uso da palavra, a Deputada ENFERMEIRA REJANE, comentando que na vistoria se assustou com as condições de segurança e o avanço do tráfico; falou que tem a impressão que a SUPERVIA abandonou a concessão e teria que ser buscado, segundo o contrato, uma política público-privada e que apoia a ideia da Deputada Presidente de que é necessário a criação de um batalhão ferroviário e que a PM presta serviço dentro de um espaço privado. Já o Deputado ELIOMAR COELHO, destacou que o problema é sério e difícil de resolver e que ele se estende às áreas no entorno. Citou, que seria útil a montagem de um grupo incluindo o pessoal da área, para trabalhar em conjunto e chegar a um resultado. Durante a sessão foram lembrados diversos assuntos que deverão ser abordados no relatório, como um estudo para regulamentar a Agência Reguladora; a modificação no contrato de concessão estabelecendo que os aumentos serão por outro índice que não o IGPM. Em seguida, fez uso da palavra a Senhora Presidente que sugeriu inclusões no Sumário do Relatório Final abrangendo a questão da sinalização iluminação, canaletas, espaço desocupados, sistema de drenagem na parte da infraestrutura e um cronograma do que pode ser feito dentro do Pacto RJ. Concluindo, a Senhora Presidente colocou em votação a sugestão de prorrogação dos trabalhos por mais sessenta dias, a possibilidade da realização de reuniões remotas, caso necessário, a oitiva da Central Logística na próxima sessão e a vistoria no dia vinte e três, às oito horas, no ramal de Gramacho, sendo as propostas aprovadas por unanimidade. Após, nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente franqueou a palavra e, como não houvesse mais quem dela quisesse fazer uso, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente reunião e, para constar, eu, João Carlos dos Santos Barreto, matrícula 200.833-2, Secretário, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim e pela Senhora Presidente. Sala de Reuniões, em 09 de maio de 2022. (a) João Carlos dos Santos Barreto - Secretário; (a) Deputada LUCINHA - Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR DENÚNCIAS, APURAR INTERRUPTÕES NOS SERVIÇOS DE TRENS, ATRASOS ENTRE OS HORÁRIOS DE CHEGADAS E PARTIDAS, SUPERLOTAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES, DURAÇÃO DAS VIAGENS, ACESSIBILIDADE DAS ESTAÇÕES, CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS, ANALISAR AS CONDIÇÕES DOS TRENS E ESTAÇÕES, RETORNO DO RAMAL SANTA CRUZ - CENTRAL DO BRASIL, BEM COMO OS DANOS SOFRIDOS PELOS USUÁRIOS RELACIONADOS À MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SUPERVIA.

(RESOLUÇÃO Nº 574/2021)

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Às dez horas e trinta minutos do dia dezoito de abril de dois mil e vinte e dois, de forma semipresencial, reuniu-se a Comissão em epígrafe, instituída pela Resolução nº 574/2021, sob a Presidência da Senhora Deputada Lucinha e contando, com a presença dos Senhores Deputados Waldeck Carneiro - Relator, Martha Rocha, Luiz Paulo e Enfermeira Rejane de forma presencial e o Senhor Deputado Dionísio Lins de forma remota. A Senhora Presidente iniciou os trabalhos, anunciando que se encontravam presentes os Senhores Deputados Brazão e Rodrigo Amorim, que mesmo não sendo membros da CPI, acompanharam a sessão, o Vereador Rogério Amorim, além dos seguintes convidados: Pela AGETRANS presentes os Senhores Murilo Leal - Conselheiro-Presidente e Édipo Senna Ázaro - Gerente da Câ-

mara de Transportes e Rodovias - CATRA. Representando a SUPERVIA, o Senhor Antonio Carlos Sanches - Diretor-Presidente. Pela Secretaria de Estado de Transportes o Secretário, o Senhor André Luiz Nahass, a Senhora Raquel Lima - Superintendente e o Senhor Alvaro Eugênio Rodrigues - Assessor-Chefe. Representando o CEPDE - Conselho Estadual para a Política de Integração da Pessoa com Deficiência o Senhor RICARDO PRATES - Vice-Presidente e a Senhora Carla Damato - Conselheira e Membro da Comissão de Acessibilidade. Representando a ONG OBSERVATÓRIO DOS TRENS a Senhora Rafaela Albergaria. Anunciou, também, as presenças, dos Senhores Eduardo Chow de Martino Tostes e Thiago Basilio, da Defensoria Pública e André de Assis Moreira, do TCE. Após, apresentou um vídeo relatando uma visita sua, em um sábado, e de sua assessora no domingo, saindo da estação de Santa Cruz, para avaliar a situação dos dormentes, lixo acumulado e demais itens de acessibilidade e infraestrutura, assunto a ser abordado nesta sessão, constatando falta de manutenção o que diminui a velocidade dos trens, aumentando os intervalos de circulação. A seguir, comentou sobre a necessidade da correção dos dados informados pela SETRANS com referência aos valores informados na planilha em poder da Comissão, em relação ao 9º Aditivo ao Contrato de Concessão. Prosseguindo concedeu a palavra aos demais membros presentes e aos convidados para as suas respostas. Fizeram, também, uso da palavra os Deputados Estaduais Brazão e Rodrigo Amorim, o Vereador Rogério Amorim, o Defensor Público Eduardo Chow e os representantes do CEPDE, Senhor Ricardo Prates e Senhora Carla Damato. No decorrer da reunião foram deliberados envio de ofícios em complemento às respostas apresentadas, a realização de nova reunião sobre acessibilidade e infraestrutura das estações e a possibilidade de uma vistoria técnica a ser agendada com os membros, com a participação dos entes envolvidos. Ao final, a Senhora Presidente autorizou à Senhora Rafaela Albergaria, Coordenadora da ONG Observatório dos Trens, a fazer uma apresentação, durante a qual ela falou sobre o seu trabalho na ONG, o acidente que vitimou sua prima e a necessidade de políticas públicas para os usuários. Após, nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente franqueou a palavra e, como não houvesse mais quem dela quisesse fazer uso, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente reunião, cujo inteiro teor está contido nas notas taquigráficas em anexo e, para constar, eu, João Carlos dos Santos Barreto, matrícula 200.833-2, Secretário, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim e pela Senhora Presidente. Sala de Reuniões, em 18 de abril de 2022; (a) João Carlos dos Santos Barreto-Secretário; (a) Deputada LUCINHA- Presidente

(Notas Taquigráficas)

A SRA. PRESIDENTE (Lucinha) - Bom-dia a todos e todas, às 10h35 do dia 18 de abril de 2022, na condição de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncia, apurar interrupções do serviço de trem, atraso entre os horários de chegadas e partidas, superlotações das composições durante as viagens, acessibilidade nas estações, construção de banheiros, analisar as condições dos trens e estações, retorno do ramal Santa Cruz x Central do Brasil, bem como os danos sofridos pelos usuários, relacionados à má prestação dos serviços de transportes ferroviários do Estado do Rio de Janeiro, Supervia, e contando com a presença dos senhores deputados a denominar: deputada Lucinha, deputado Luiz Paulo, deputada Martha Rocha - e, provavelmente, os outros deputados irão chegar também -, dou por abertos os trabalhos da 6ª Reunião Ordinária, para a qual foram convocados: o Secretário de Transportes, secretário presente, que bom que o senhor veio, não é, porque estava pegando mal, não é? Estava complicado isso aí. A Agetrans está aí, o Murillo? Presente. Supervia? Mudou de lugar? Agetrans, Secretaria de Transportes, Supervia, para debater temas referentes à infraestrutura das estações e acessibilidade. Presentes também os representantes da Defensoria Pública, Tribunal de Contas do Estado, que presta assessoria técnica permanente à Comissão, assim como o senhor Ricardo Prates, Vice-Presidente do Conselho Estadual da Política de Integração da Pessoa com Deficiência, a senhora Carla Damato, Conselheira e membro da Comissão de Acessibilidade, e a Sra. Rafaela Albergaria, da ONG Observatório dos Trens, estão presentes todos aí? Sim, obrigada.

Está presente o deputado Brazão, que deve estar chegando aí, o secretário, Sr. Alvaro, da Secretaria, Murilo, Guilherme, Mario Eduardo, Procurador-Geral, está presente? O senhor é procurador da Agetrans, não é? Eduardo está aí? Brigada, Eduardo, Guilherme Jorge, assessor da presidente da Agetrans, Débora, presente. Rafael Matos, advogado da Supervia, Edmar Silva, Antônio Carlos Sanches, que é da Supervia, Juliane Barreto, André Assis Moreira, Associação das Relações Institucionais do Tribunal de Contas.

Deputado Waldeck, antes de iniciarmos, gostaria de passar aos presentes a essa audiência pública, deputada Rejane, obrigada pela presença, que hoje a composição de Belford Roxo, a plataforma ficou lotada, eu estava saindo de casa no horário que estava passando o RJ 1ª Edição, que é 7 horas da manhã, a plataforma estava lotada e a população de Belford Roxo ficou 1h20 sem trem e a alegação agora não foi mais o furto de cabos, já foi a sinalização, que é um conjunto de fatores, não só a questão da sinalização, do roubo de cabos, como também a precariedade da linha férrea.

Então, eu gostaria de comunicar isso a vocês todos presentes como em outras estações os intervalos estão aumentando. Eu pedi para a minha assessora passar um vídeozinho rapidinho, no sábado, um dia menos movimentado, andei na estação Santa Cruz, sentido Tancredo Neves, depois fui para Tancredo Neves, soltei e andei na linha, na linha férrea e eu gostaria de passar o vídeo aí. Depois tem algumas imagens de domingo, que quem fez foi uma moradora, uma assessora minha que fez para mim. Ok? Pode passar.

(PROCEDE-SE À APRESENTAÇÃO DE VÍDEO)

A SRA. PRESIDENTE (Lucinha) - Bom, só para fechar, ela não parou na estação de Senador Camará porque não era tranquilo e eu não estava ontem fazendo esse vídeo, foi uma assessora lá que pedi ajuda e fez.

Então, eu quis, antes de iniciar, passar um pouco da realidade, porque uma coisa é você pegar papel, papel, papel, tem relatórios, tem quadros, mas, quando você chega na realidade, você vê que é totalmente diferente.

Então, como eu puxei de Santa Cruz e parei na primeira estação, que é chamada Estação Tancredo Neves, que é onde se encontra a favela do Antares, eu saí lá, conversei com alguns moradores, não quis filmar ninguém e fiz questão de ir direto para a estação, antes de chegar na estação desci na rede para ver os dormentes de perto e ver a precariedade.

Depois parei em Benjamin do Monte, parei em Cosmos, vi a mesma questão, Benjamin do Monte a mesma coisa, e depois minha assessora foi até Campo Grande, foi até Bangu, viu a questão dos dormentes, que é em todo ramal, está todo deteriorado, por isso a velocidade dos trens está diminuindo, está demorando muito mais o intervalo, porque do jeito que estão os dormentes, não se trocam a tantos anos, então, o trem não pode ter aquela velocidade que tinha no passado, diminui a velocidade devido à questão da falta de manutenção, ou melhor, troca, porque tem que trocar esses dormentes não tem nem manutenção, estão todos deteriorados.

No final ela chegou a passar por Senador Camará, mas, não desceu na estação porque ela falou: Lucinha, não dava nem para filmar, estava tomado pelos meninos que vendem as drogas lá, do tráfico. Eu falei: u escutei aqui na Assembleia na CPI, eu como parlamentar, presidente, vocês, que o Governo do Estado vai tomar uma ação completa com relação a isso. Mas parece que essa fiscalização vai ser só em um determinado período e final de semana acho que o usuário fica ao relento, sem nenhuma possibilidade.

Então, eu queria primeiro pedir autorização aos meus pares, porque nós temos aqui o 9º aditivo do contrato de concessão, vocês tiveram acesso também, não foi, deputado Waldeck? E aqui ele vem colocando em valores, gostaria que o deputado Luiz Paulo explicasse aqui o erro que foi feito no 9º aditivo, por gentileza, deputado Luiz Paulo, o erro de grandeza que eles colocaram, encaminharam para essa CPI valores...

Vai, deputado.